ARROZ

Tendência de plantio indefinida

A crise no setor orizícola gaúcho poderá levar a um declínio de até 20% na área de plantio do estado, mas este prognóstico poderá reverter rapidamente, caso o governo venha de fato a securitizar a dívida agrícola dos produtores rurais.

O arroz é a terceira maior cultura de grão no Brasil, em termos de quantidade produzida, em seguida ao milho e à soja. Na safra 1994/95, totalizou uma colheita de 11,2 milhões de toneladas, das quais cerca de 45% foram oriundas do Rio Grande do Sul, o grande responsável pelo abastecimento de arroz da variedade agulhinha no país.

No estado onde é produzida quase a metade da safra brasileira do cereal, o clima, por ocasião do início da semeadura (começo de outubro), era de grande indefinição. Os produtores aguardavam um posicionamento do governo federal com relação à questão da dívida agrícola que, no Rio Grande do Sul, recai especialmente sobre o setor orizícola.

Importações permanecem elevadas

Brasil — arroz em casca — quadro de suprimento (em 1.000t)

Itens	Ano-safra 1994/95	Ano-safra 1995/96
Estoque inicial	1.579,3	1.891,6
Produção	11.243,4	10.200,0
Importação	900,0	900,0
Suprimento	13.722,7	12.991,6
Consumo	11.828,9	11.947,2
Excedente	1.893,8	1.044,4
Exportação	2,2	2,2
Estoque final	1.891,6	1.042,2

Fonte: Conab.

Obs.: Este quadro de suprimento é o último disponível e não incorpora recente levantamento de safra feito pela instituição. A primeira safra 1995/96 está atualmente estimada entre 10.258,6 mil toneladas e 10.970,1 mil toneladas.

Os números divulgados pelo Banco do Brasil em junho de 1995 revelaram uma taxa de inadimplência de 40,8% na lavoura gaúcha de arroz. Haveria cerca de R$1,85 bilhão aplicado na cultura e um total vencido de R$754,4 milhões — número que não inclui inadimplência com bancos particulares, indústria de insumos, fornecedores, prestadores de serviços e cooperativas.

Para se ter uma idéia do grau de endividamento do setor orizícola em relação às demais atividades, sabe-se que, de um total de dívidas vencidas no estado de R$1,45 bilhão, 52% correspondem a dívidas de arrozeiros, 18,27% são dívidas de sojicultores, 5,7% de pecuaristas e apenas 1,58% é empréstimo vencido de triticultores. Grande parte da dívida está distribuída entre diversas culturas (21,2%).

A situação de inadimplência, embora se dê de modo muito concentrado (a maior parte da dívida agrícola está nas mãos dos grandes tomadores de empréstimos, segundo o Banco do Brasil), agregou-se às condições desfavoráveis de comercialização para produzir um quadro de crise no setor produtivo, amplamente alardeado pela mídia.

Os menores preços em 26 anos

Os preços do arroz em casca recebidos pelo produtor (média Brasil) atingiram em 1995 seu nível mais baixo em 26 anos. Note-se que o preço de 1995 é 31% inferior à média do período 1990-94. Tal comportamento de preços reflete, entre outras razões, a subseqüência de safras cheias e estoques generosos, importações a preços e condições de pagamento extremamente competitivas de terceiros países e fartas aquisições no Mercosul.

Deve-se ponderar, no entanto, que, apesar de os preços estarem muito abaixo dos níveis alcançados na década de 70, induzindo à idéia de uma acentuada descapitalização capaz de comprometer safras futuras, a produtividade do arroz cresceu muito durante esse período, o que acarretou dois importantes efeitos. Um relacionado ao próprio aumento da oferta, que provoca uma queda no nível das cotações; outro, à compensação na rentabilidade do produtor, decorrente do aumento de produção por unidade de área.

Em meados de outubro, havia dois cenários prováveis para a safra gaúcha. O primeiro cenário previa a manutenção da área cultivada no estado, caso o governo implementasse a tempo hábil a securitização da dívida dos produtores rurais. O projeto de securitização depende de aprovação pelo Congresso Nacional, e um retardamento nessa decisão pode implicar desistência dos agricultores de efetuar o plantio.

Embora, segundo dados do Banco do Brasil, apenas 64% da área cultivada no estado com arroz tenham

sido financiados por esta instituição em 1995, as lideranças do setor arrozeiro apontam, em um segundo cenário, para uma provável queda na área de plantio, não inferior a 20%, caso não se consiga a rolagem da dívida do setor.

O menor preço desde 1970

Brasil — arroz em casca — preços médios — R$/kg corrigidos para agosto de 1995 — médias anuais

Ano	R$/kg
1970	0,42
1971	0,54
1972	0,59
1973	0,55
1974	0,68
1975	0,85
1976	0,56
1977	0,47
1978	0,59
1979	0,67
1980	0,64
1981	0,48
1982	0,54
1983	0,55
1984	0,46
1985	0,52
1986	0,49
1987	0,29
1988	0,29
1989	0,26
1990	0,25
1991	0,32
1992	0,31
1993	0,23
1994	0,22
1995*	0,18

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/FGV.
* Janeiro-agosto de 1995.

De qualquer modo, as decisões e conseqüentes operacionalizações terão de ser rápidas, uma vez que o calendário agrícola para o arroz não é muito flexível. A última avaliação do Irga, por exemplo, prevê uma redução na área de plantio gaúcha em torno de 18,9%, com contrações acentuadas em quase todas as cinco grandes regiões produtoras (Litoral Sul, Litoral Norte, Fronteira Oeste, Depressão Central e Campanha). Apenas na Depressão Central é que são previstas reduções mais suaves na área de plantio. Segundo o Irga, nesta região há uma predominância dos pequenos e médios produtores não arrendatários, para quem a influência da política agrícola na decisão de plantio é menor.

Por sua vez, na definição da política oficial para o produto, que deverá vigorar na comercialização da safra 1995/96, o governo reviu sua estratégia tradicional com relação à fixação do preço mínimo, bem como à política de estoques. O governo considera que os parâmetros anteriormente utilizados na definição do preço mínimo funcionavam bem quando a economia era fechada, porquanto eram baseados exclusivamente em fatores internos.

No caso do arroz — a abertura da economia no contexto de um mercado internacional onde os excedentes exportáveis são relativamente grandes —, o que ocorreu é que se passou a internalizar produto a custo mais baixo do que os preços praticados internamente. De fato, muitas *tradings* não tradicionalmente importadoras de arroz colocaram produto importado no mercado, aproveitando-se, além das vantagens estruturais do custo das internalizações (preço baixo e fretes diferenciados), das facilidades representadas pelo baixo nível de proteção do mercado interno (alíquotas de importação baixas e prazos de pagamento exageradamente dilatados). Assim, as importações "passaram a constituir um referencial importante para a comercialização interna do arroz, tanto irrigado quanto de sequeiro, estabelecendo um teto para o nível de preços e deslocando a demanda em favor do produto importado, sobretudo na região Nordeste".[1] De acordo com a Conab, o custo do frete Bangcoc-Fortaleza estaria em torno de US$30-40/t, enquanto o frete Sul-Fortaleza atingiria cerca de US$70/t.

Governo quer desestimular importações

A fixação do preço mínimo levou em conta a paridade de importação, utilizando como referência a média de preços dos últimos oito anos do arroz tailandês de maior qualidade (Thay 100 B). O preço mínimo anunciado, de R$10,02/saca de 50kg de arroz em casca (igual ao vigente na safra anterior), é inferior em quase 5% ao valor da paridade de importação do arroz tailandês, já embutida a nova alíquota de importação de 20%. A idéia do governo é tornar o preço do arroz brasileiro mais barato do que o internacional e, com isto, desestimular as importações.

Esse alinhamento do preço mínimo à paridade internacional reflete a necessidade de se promover o ajustamento entre a política agrícola e a política comercial. O ajuste carece ainda de medidas complementares e de correções estruturais (tributárias, custo de fretes etc.).

Por sua vez, ajustes recentes promovidos na política comercial, como a fixação da alíquota de importação de 20% até julho de 1996 para operações extraMercosul e a manutenção da exigência de pagamento à vista das importações constituíram uma importante medida de defesa comercial que certamente vai garantir que a comercialização da próxima safra se faça a preços mais vantajosos e consistentes com os preços mínimos.

A situação na região Centro-Oeste também está muito indefinida. Haveria uma forte intenção de plantio por parte dos agricultores, mas estes estão encontrando problemas de financiamento. Mesmo com os entraves tradicionais da comercialização do arroz de sequeiro, levanta-se a possibilidade de que esta cultura venha substituir o milho e a soja, devido à menor exigência de tecnologia e ao custo de produção me-

[1] *Safra de verão 1995/96 — preços mínimos.* Brasília, Mara-Conab, set. 1995. (Coleção Documentos de Política Agrícola, nº1.)

nor. Segundo a Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia (Comiva), há muita inadimplência entre os produtores, e o Banco do Brasil não está liberando crédito para os projetos. A própria Cepa de Goiás não tem um prognóstico seguro quanto à redução ou não na área de plantio.

As primeiras estimativas de área e produção divulgadas pela Conab em meados de outubro confirmam as previsões de quedas captadas junto às lideranças do setor arrozeiro. De acordo com as pesquisas realizadas pela instituição nas principais zonas produtoras, a safra nacional de arroz poderá ser reduzida de 2,4 e 8,5% em relação à safra passada, que alcançou 11,2 milhões de toneladas.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

FEIJÃO

Pequena retração de área

O atraso nas chuvas retardou o plantio da safra das águas 1994/95 e deverá provocar algum impacto na produção. A Conab estimou preliminarmente que as perdas deverão se situar entre 3,6 e 10% da safra anterior.

A comercialização, em 1995, foi considerada má pelos produtores rurais. Os preços mantiveram-se reprimidos ao longo do ano, tanto em função de uma oferta folgada como pela retração do consumo no varejo.

O consumo de feijão estará de fato se retraindo, conforme apontam empresas do setor de alimentação. Segundo a Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj), no período de janeiro a setembro de 1995, as vendas do produto declinaram 10,9% em relação a igual período de 1994, no estado do Rio de Janeiro. Os empresários consideram que houve substituição de produtos como arroz, feijão e farinha por frangos, ovos, queijos, embutidos, frutas e legumes. Esta tendência já havia sido registrada antes pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia).

O quadro de comercialização negativo para o produtor rural em 1995 deveria constituir, numa primeira análise, fator de inibição ao plantio da safra das águas 1995/96. Conforme se verá mais adiante, isto não se sucedeu nas principais regiões produtoras da safra das águas. Plantada intensamente na região Sul (cerca de 50% da oferta), a safra das águas era tradicionalmente a mais importante (hoje há uma tendência de aproximar os resultados da primeira e da segunda safras), e dela sai praticamente a maior parte do feijão preto que irá abastecer o estado do Rio de Janeiro, principal consumidor desta variedade.

Reconhecendo que o mercado desfavorável poderia comprometer a oferta futura do produto, o governo adotou medidas de incentivo, a fim de reverter ou atenuar a expectativa de redução no plantio. Aprovou um preço mínimo de R$24/saca 60kg, o que representa um acréscimo de 6,7% em relação ao preço anterior vigente. Este preço mínimo, no entanto, é quase equivalente ao custo variável de produção levantado pela própria Conab, para lavouras com produtividades em torno de 800kg/ha. Na realidade, o preço mínimo é, para o pequeno produtor de feijão, apenas um balizador do mercado, dado que o acesso da maioria destes produtores aos empréstimos de estocagem é muito restrito. Assim, o preço mínimo torna-se muito mais uma referência de preços por ocasião da entrega do seu produto ao atravessador do que propriamente um instrumento da política oficial. Continua, contudo, a representar um estímulo positivo para o produtor.

Outra importante medida é a concessão do crédito de custeio num montante de até R$30 mil para cada projeto, com equivalência produto. A Conab estima que a cultura ficará quase que totalmente amparada, uma vez que este limite permite o cultivo de uma área equivalente a 120ha, o que abrangeria cerca de 90% dos produtores de feijão. Haverá também retorno da alíquota de importação para 10% a partir de 1º de dezembro deste ano.

Produtores insistem no plantio

No Paraná, principal estado produtor do feijão das águas, o plantio atrasou em função da estiagem, mas as últimas estimativas do Deral apontam para uma redução de apenas 5,8% na área cultivada em relação aos prognósticos iniciais, que esperavam uma área plantada em torno de 568 mil hectares, média tradicional no estado. As chuvas que chegaram em meados de